

Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser

Reproducción ampliada de la vida: lo que ella no es, parece ser y puede llegar a ser
Amplified reproduction of life: what it is not, what it seems to be and what it can come to be

Lia Tiriba*
liatiriba@gmail.com

* Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Resumo: Fundamentado no materialismo histórico e de cunho teórico-metodológico, o objetivo deste artigo é reunir parâmetros de qualidade de vida que nos aproximem do conceito/noção de reprodução ampliada da vida. Contraponemos à perspectiva de reprodução ampliada do capital e questionamos sistemas de indicadores sociais como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seguindo a trilha do método da lógica histórica de E. P. Thompson (1981) e considerando a dialética presente/passado/futuro, enfatizamos a importância de um conceito elástico de reprodução ampliada da vida que resulte do permanente diálogo entre conceito e evidência interrogada. Como campo de pesquisa e de ação política, indicamos os “espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente” que, embora submersos e subsumidos ao modo de produção capitalista, persistem ao longo da história, carregando elementos das culturas do trabalho associado. Em outras palavras, nossas referências empíricas são espaços/tempos em que um grupo social, uma comunidade, ou mesmo uma sociedade inteira insistem em afirmar modos de vida distintos de os do capital. Indicamos a necessidade de uma agenda de pesquisa que interroge e problematize as bases materiais e simbólicas dos processos de reprodução ampliada da vida, destacando que a metodologia da Teoria do Desenvolvimento Humano, de Max-Neef (1998), pode contribuir para apreensão das expectativas de homens e mulheres quanto a parâmetros de qualidade de vida distintos daqueles apreendidos pela sociedade produtora de mercadorias. Ao longo do texto, para nos aproximar da noção de reprodução ampliada da vida, atrevemo-nos a dizer “o que ela não é, parece ser e pode vir a ser”.

Palavras-chave: reprodução ampliada da vida; indicadores sociais; trabalho associado.

Resumen: Fundamentado en el materialismo histórico y de cunho teórico-metodológico, el objetivo de este artículo es reunir parámetros de calidad de vida que nos aproximen al concepto/noción de reproducción ampliada de la vida. Nos contraponemos a la perspectiva de reproducción ampliada del capital y cuestionamos sistemas de indicadores sociales como el Producto Interno Bruto (PIB), el Índice de Gini y el Índice de Desarrollo Humano (IDH). Desde los aportes del método de la lógica histórica de E. P. Thompson (1981) y considerando la dialéctica presente/pasado/futuro, enfatizamos la importancia de un concepto elástico de reproducción ampliada de la vida que resulte del diálogo permanente entre concepto y evidencia interrogada. Como campo de investigación y de acción política, indicamos los "espacios / tiempos del trabajo de producir la vida asociativamente" que, aunque sometidos al modo de producción capitalista, persisten a lo largo de la historia, conllevando elementos de las culturas del trabajo asociado. Nuestras referencias empíricas son espacios/tiempos en que un grupo social, una comunidad, o incluso una sociedad entera insisten en afirmar modos de vida distintos de los del capital. Señalamos la necesidad de una agenda de investigación que interroge y problematice las bases materiales y simbólicas de los procesos de reproducción ampliada de la vida, destacando que la metodología de la Teoría del Desarrollo Humano, de Max-Neef (1998), puede contribuir a la aprehensión de las expectativas de hombres y mujeres en cuanto a parámetros de calidad de vida distintos de aquellos pregonados por la sociedad productora de mercancías. A lo largo del texto, para acercarnos a la noción de reproducción ampliada de la vida, nos atrevemos a decir "lo que ella no es, parece ser y puede llegar a ser".

Palabras clave: reproducción ampliada de la vida; indicadores sociales; trabajo asociado.

Abstract: Grounded on historical materialism and with a theoretical-methodological basis, the objective of this article is to bring together quality of life parameters that would bring us closer to the concept/notion of amplified reproduction of life. We oppose the perspective of amplified reproduction of capital and we question systems of social indices such as the Gross Domestic Product (GDP), the Gini Index and the Human Development Index (HDI). Following the path of E.P. Thompson's (1981) historical logic method and considering the present/past/future dialectic, we emphasize the importance of an elastic model of amplified reproduction of life that is the product of a dialogue between concept and examined evidence. As a field of research and political action, the “spaces/temporalities of the work of producing life associatively”, although submerged and subsumed by the capitalist mode of production, persist throughout history, carrying elements of the associated work culture. In other words, our empiric references are spaces/temporalities in which a social group, a community or an entire society insists in affirming modes of life other than that of the capital. We suggest the necessity of a research agenda that interrogates and problematizes the material and symbolic basis of the amplified reproduction of life processes, emphasizing that Max-Neef's (1998) theory of human development could contribute to the apprehension of the expectations of men and women in relation to a quality of life that

differs from that which the commodities producing society expresses. Throughout the text, in order to get closer to the notion of amplified reproduction of life, we dare to say “what it is not, what it seems to be and what it can come to be”.

Key words: amplified reproduction of life; social indices; associated work.

A teoria do conhecimento como reprodução espiritual da realidade põe em evidência o caráter ativo do conhecimento em todos os seus níveis. O mais elementar conhecimento sensível não deriva em caso algum de uma percepção passiva, mas da atividade perceptiva (Kosik, 1995:33).

À guisa de introdução: reprodução social e reprodução ampliada do capital¹

No capitalismo, produção de riqueza e produção de pobreza caminham de mãos dadas. Como expressão do darwinismo social, as políticas neoliberais têm promovido a precarização das condições de vida em todas as suas esferas: trabalho, saúde, educação, moradia, transporte, alimentação, entre outras. De acordo com pesquisa da Oxfam, em 2015, a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial equivalia à riqueza dos 99% restantes. O que dizer em relação às guerras, à repressão aos imigrantes, à violência no campo e na cidade, à matança de indígenas, negros, mulheres e crianças? O que dizer do neoextrativismo e do agronegócio que contaminam mares, rios e florestas? Com o golpe parlamentar e jurídico que, em agosto de 2016, afastou a presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, agudizaram-se as contradições do capital, ameaçando, sobremaneira, a democracia e os direitos sociais assegurados na Constituição Brasileira de 1988. Como nos calar diante da “PEC do fim do mundo” (PEC 55/2016), que congela, por 20 anos, os recursos públicos para saúde e educação? Como nos calar diante das formas de intervenção imperialista norte-americana na América Latina e em outros países do mundo? Em uma rua da La Habana, um outdoor denuncia que o boicote econômico a Cuba representa um dos maiores genocídios da humanidade. O mesmo é possível afirmar em relação aos embargos dos Estados Unidos à Venezuela, que contribuem para destruir o setor petrolífero e para provocar a fome e a pobreza naquele país, ademais de ameaçar a soberania nacional. “Um dos objetivos das sanções econômicas é desestabilizar e quebrar a economia do país considerado hostil, gerar caos e instabilidade que justifiquem uma ‘intervenção humanitária’.”²

Para István Mészáros (2006), a expansão do sistema sociometabólico do capital tem um fim em si mesma e não a crescente satisfação das necessidades humanas. Na verdade, não estamos diante de mais uma crise cíclica do capitalismo, mas de uma crise estrutural, profunda do próprio sistema do capital. No livro “17 contradições e o fim do capitalismo”, indo ao encontro do pensamento de Marx, David Harvey (2016:9) afirma que “as crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo”.

Harvey (2016) nos diz que as contradições fundamentais entre valor de uso e valor de troca, capital e trabalho, propriedade privada e Estado capitalista, apropriação privada e riqueza comum, entre outras, desdobram-se e articulam-se com contradições mutáveis e perigosas, entre elas, as

¹ O texto tem como referência o projeto de pesquisa “Reprodução ampliada da vida: dimensões educativas, econômicas e culturais do trabalho de produzir a vida associativamente” por mim coordenado. Agradeço as contribuições de Sandra Butschkau (FAPERJ) e de Thayná de Oliveira Coelho (Pibic UFF), bolsistas de Iniciação Científica e também à carinhosa consultoria da Profa. Dra. Dora Henrique da Costa (UFF).

² Qual o objetivo de um embargo petrolífero dos EUA contra a Venezuela? (14/03/2018) Portal Vermelho Dia. Recuperado de <http://www.vermelho.org.br/noticia/308744-1>

contradições entre capital e natureza, desenvolvimento tecnológico e descartabilidade humana, produção do espaço e desenvolvimentos geográficos desiguais, liberdade e dominação. E que, por ser impossível o crescimento infinito do capital, as contradições são óbvias e desmedidas, atingindo fortemente os países do capitalismo periférico, mas não apenas. O autor lembra que, em 2012, na cidade de Nova Iorque, um dos centros nevrálgicos do capital e, ao mesmo tempo, uma das cidades mais desiguais do mundo, “a renda média do 1% mais rico foi de US\$ 3,57 milhões naquele ano, ao passo que a renda de metade da população da cidade (...) não chegou a US\$ 30 mil no ano” (Harvey, 2016:153). Sobre a disparidade entre renda e riqueza, assinala que, desde o início da história do capitalismo, tem sido contínua a luta pela distribuição da riqueza. Não por acaso, ainda que arrefecida, a luta de classes permanece viva, ganhando novas formas de expressão.

Com o esgotamento do Estado do bem-estar social e o advento do neoliberalismo, repassar à população o máximo possível dos custos de reprodução social tem sido uma das principais medidas para propiciar o aumento da taxa de lucro do capital. Nessa perspectiva, o Estado se isenta dos direitos até então assegurados aos cidadãos. Segundo Harvey (2016), a questão do direito à educação é exemplar para perceber o momento de retrocesso das conquistas sociais frente à nova regulação da questão social. Para refletir sobre a contradição entre reprodução social da força de trabalho e reprodução do capital, lembra que “o investimento em educação e no treinamento é condição *sine qua non* para a competitividade do capital”. O investimento maciço – como o feito por China, Singapura e outros países da Ásia Oriental – é um indicativo “de que a lucratividade do capital se encontra cada vez mais na produtividade crescente de uma mão de obra cada vez mais qualificada” (Harvey, 2016:171).

No horizonte da reprodução ampliada do capital, a chamada teoria do capital humano, cujas origens remontam a Adam Smith, tem servido para justificar a transferência para a classe trabalhadora dos custos de sua qualificação:

A invasão assombrosa da privatização e o pagamento de taxas para uma educação que tradicionalmente era pública e gratuita impuseram encargos financeiros à população, fazendo com que aqueles que desejam estudar tenham de pagar por esse aspecto fundamental da reprodução social (Harvey, 2016:171).

A educação se tornou um grande negócio! Daí que para a população que deixa de contar com grande parte da remuneração indireta recebida por meio de recursos públicos e encontra-se em condições precarizadas de trabalho, a conquista de uma possível “qualidade de vida” passa a depender da capacidade das famílias absorverem os custos da reprodução social, cabendo, historicamente, às mulheres a realização do trabalho não remunerado. A comunidade também assume um papel importante para a sobrevivência das unidades domésticas, graças à promoção de intercâmbios não monetários de ajuda mútua. Referindo-se a bairros de classe média nos Estados Unidos, Harvey (2016:177) indica que “o compartilhamento de automóveis, o cuidado dos filhos, a organização de eventos coletivos como piqueniques no parque, feiras e festas de rua fazem parte da vida cotidiana”. De cunho comunitário, tais ações envolvem associações que “podem constituir a base para movimentos sociais maiores, e é dela que vem boa parte das inspirações de que outra vida é possível” (Harvey, 2016:176), ou seja, outro mundo é possível.

Ressaltamos que embora o autor não utilize o termo “economia popular” para fazer referência a estratégias familiares de reprodução social, acreditamos que, principalmente nos países da América Latina, mesmo permanecendo no mercado (assalariado) de trabalho, uma grande parcela da classe trabalhadora desenvolve, de forma subordinada à economia capitalista, outras práticas econômico-sociais calcadas nos valores de comensalidade, reciprocidade e cooperação para tentar melhorar a qualidade de vida. Não apenas, mas principalmente no contexto de transição do regime fordista para o

regime de acumulação flexível, em que a reprodução social requer a criação de estratégias coletivas de trabalho e de sobrevivência, entram em cena os diversificados mundos da “economia popular” e da “economia solidária”, com um expressivo número de grupos de produção comunitária, cooperativas populares, associações, além de fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores. Ademais das iniciativas cujo objetivo imediato é a geração de renda por meio da obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, as atividades da “economia popular” se estendem à saúde, à moradia, à socialização do saber e da cultura, etc.

Para o capital, como sugere Virgínia Fontes (2005), trata-se de garantir formas de inclusão forçada. Para os/as trabalhadores/as, trata-se de garantir não apenas a reprodução simples ou a reprodução biológica, mas, fundamentalmente, a reprodução ampliada da vida, o que, contraditoriamente, pressupõe colocar à venda a mercadoria força de trabalho e penetrar no circuito econômico-cultural de mercantilização das relações sociais.

Qualidade de vida: o que indicam os “indicadores sociais”?

De acordo com a lógica do sistema do capital (Mészáros, 2006), quais são os parâmetros de qualidade de vida? Entendemos que, para analisar a qualidade de vida em qualquer formação social, é necessário nos perguntar se as necessidades humanas são infinitas e quais são as formas de satisfazê-las. O que entendemos por qualidade de vida? Qualidade para quem? Em que sociedade? Em que espaço/tempo histórico?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, apregoa o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à participação política, à propriedade, à diferença, ao acesso à justiça, a uma nacionalidade, à seguridade social, às garantias das leis trabalhistas, à livre sindicalização e à educação. Por sua vez, a Constituição Brasileira de 1988 assegura direito a educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, além de direitos relacionados ao trabalho. Sendo impossível a existência de direitos iguais em uma sociedade estruturada em classes, fundada na propriedade privada e no direito à exploração do trabalho alheio, torna-se imprescindível a luta pela redistribuição da riqueza social a altura da “linha de dignidade” (Costa, 2000) e que supere a cruel lógica dos “mínimos sociais” (Potyara, 2002).

Nesse mar de contradições em que “a unidade contraditória entre reprodução social e reprodução do capital se cristaliza como uma contradição mutável de singular interesse ao longo da história do capital” (Harvey, 2016:175), diversas têm sido as metodologias para medir a qualidade de vida da população mundial, considerada como manifestação do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Partindo-se do pressuposto de que o único modo de produção da existência humana é o capitalismo, a referência de vida plena dos cidadãos não poderia ser outra a não ser a vivida nos países centrais do capitalismo, ainda que tal pressuposto pareça ignorar as profundas contradições existentes nesses mesmos países.

Um dos indicadores sociais do sistema do capital é o PIB (Produto Interno Bruto). De caráter macroeconômico, representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos por uma região ou país. É considerado sob a ótica da despesa, da oferta e do rendimento. Pouco importa o que se produz: quinquilharias ou artigos de primeira necessidade para população; alimentos saudáveis ou geneticamente modificados e produzidos com agrotóxico e outros venenos; se oriundo do agronegócio, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ou de cooperativas de trabalhadores agroecológicos. Obtendo-se o valor do PIB, ele é dividido pelo número de habitantes, chegando-se ao PIB Per Capta, que não considera critérios de distribuição da riqueza. Assim, em 2017, enquanto a renda per capita de 207,7 milhões de brasileiros foi de R\$ 31.587,00, um relatório da Oxfam, organização não governamental inglesa, revelou que, nesse mesmo ano, cinco bilionários

brasileiros possuíam um patrimônio equivalente ao que possuía a metade mais pobre da população do Brasil.³ Afinal, o que (não) indicam os indicadores sociais?

Criado pelo estatístico italiano Conrado Gini, em 1912, o Coeficiente de Gini tem sido utilizado para medir os níveis de desigualdade social existentes em determinadas regiões e países, tendo em conta os índices de concentração e de distribuição de renda entre as pessoas. Sua medida é de 0 a 1, de maneira que 0 (zero) corresponde à completa igualdade e 1 (um) corresponde à extrema desigualdade. Em 2017, no ranking do Índice de Gini, o Brasil foi considerado o 10º país mais desigual do mundo, “perdendo” para Guiné Bissau, Ruanda e Congo, entre outros. No entanto, importa perguntar o que leva à existência de tamanha desigualdade nos países que se situam nas franjas do capitalismo dependente. Além disso, vale perguntar se numa sociedade de classes seria possível existir completa igualdade (0 – zero), recebendo a população inteira a mesma renda. Por ironia, não seria esse o paradigma marxiano de uma sociedade dos produtores livremente associados (Marx, 1984)?

Seguindo a lógica dos extremos, também devemos nos perguntar se estamos próximos de uma situação de completa desigualdade (1 – um), ou seja, a um ponto tal que apenas uma pessoa receba todo o rendimento e as demais nada recebam. Na trilha do que o historiador marxista E. P. Thompson (1981) chama de evidência interrogada, é importante sublinhar que o Relatório Oxfam revela que, em 2015, apenas 62 pessoas detinham uma riqueza coletiva equivalente à de 3,6 bilhões de outras pessoas do planeta, riqueza essa que aumentou em meio bilhão de dólares nos últimos cinco anos. O aumento das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres se dá, entre outros motivos, pela especulação financeira em detrimento da atividade produtiva, pela não taxaço das grandes fortunas, pela sonegação de impostos, pela existência de uma rede de paraísos fiscais que permite que os “homens de negócio” e os “mamíferos de luxo” fiquem isentos do pagamento de impostos no valor de cerca de 7,6 trilhões de dólares. Em síntese, podemos dizer metaforicamente que se existe apenas uma pessoa que se apropria da riqueza, ela tem sobrenome: o sistema do capital (Mészáros, 2006).

Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido pela ONU, em 1990, com base em três pilares do desenvolvimento humano, a saber: a) Educação (acesso ao conhecimento; média de anos de estudo); b) Saúde (vida longa e saudável) e c) Renda (padrão de vida decente, com base na Paridade do Poder de Compra – PPC por habitante). Esse sistema de indicadores carrega uma concepção de um tipo de desenvolvimento humano que poderia ser universalizado à humanidade. Desconsidera as mediações e as particularidades históricas que conformam os tecidos econômicos e culturais dos povos e das nações, como também as formas de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais do capitalismo, por meio da superexploração da força de trabalho (Marini, 2000).

Em relação ao acesso ao conhecimento e à média de anos de estudo, o que isso significa em termos de qualidade de vida? Significa que o desenvolvimento humano pode ocorrer independentemente de que a educação e a saúde sejam públicas ou privadas? Ou que mesmo com ampliação dos sistemas de ensino e da oferta da escolarização, contraditoriamente, aos/às trabalhadores/as e a seus filhos seja destinada uma formação para o trabalho simples (Rummert, Algebaile e Ventura, 2013)? O “padrão da vida decente” pressupõe um poder de compra de mercadorias com obsolescência programada e assegurado pelo sistema financeiro com os altos juros do mercado? Para a grande maioria da população, como resistir ao apelo de um consumo desenfreado de bens supérfluos? Com trabalho precário, intermitente e desregulamentado pela contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/17), como comprovar a renda familiar e, além disso, poder “bancar” 36 suaves prestações mensais, correndo o risco de endividamento e, quem sabe, entrar na lista negra dos inadimplentes?

³ Os empresários Jorge Paulo Lemann (3G Capital), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Herrmann Telles (G3 Capital), Carlos Alberto Sicupira (3G Capital) e Eduardo Saverin (Facebook) têm, juntos, o mesmo que cerca de 100 milhões de brasileiros. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42768082>

Falta-nos questionar outros indicadores sociais de qualidade de vida, como a Comissão de Desempenho Econômico e Progresso Social, idealizada em 2008, pelo então presidente da França, Nicolas Sarkozy. Seria instigante refletir sobre o Índice de Felicidade Bruta (IFB), criado em 1972, pelo Rei do Botão, Jégué Sing Wangachuck, o qual parte do princípio de que “o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana se dá quando o desenvolvimento espiritual e material são simultâneos”.⁴ Ora, como negar a existência de uma relação dialética entre economia e cultura? Seria esse um dos indícios de reprodução ampliada da vida? É preciso estar atento para o fato de que o capital se reinventa em momentos de crise, criando maneiras mais atrativas e, até mesmo, holísticas para aferir a qualidade de vida, entre elas, as formas alienadas de felicidade que cultuam o fetiche da mercadoria e/ou a promessa de se chegar ao reino dos céus com suaves prestações mensais, pregada pelas igrejas evangélicas e suas respectivas mídias. Mais do que nunca, o capital estimula a conformação de “novas sociabilidades” por meio do desenvolvimento de competências sócio-afetivas (Ramos, 2001), o que pode requerer o uso, nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental, de ritalina (estimulante do sistema nervoso central), indicado para o tratamento de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças e adultos (sic)!

Os bens de consumo, o acesso à saúde, à educação e à moradia são referências importantes de reprodução social, no entanto, por si só, os indicadores sociais não são capazes de expressar a realidade como totalidade histórica, com suas mediações, contradições e particularidades. Como Harvey (2016:17), entendemos que “as contradições do capital têm gerado inovações, e muitas delas melhorado a qualidade de vida cotidiana”. Aspiradores de pó, micro-ondas e máquinas de lavar para amenizar a jornada de trabalho das mulheres; um celular para controlar a chegada do filho da escola e para saber quantos mortos a polícia deixou no morro Pavão-Pavãozinho e em outras comunidades do Rio de Janeiro, nas quais os militares intervêm desde o início de 2018. Poder chegar a tempo de ver a novela das oito; preparar miojo no micro-ondas; assistir ao campeonato de futebol; ver o big brother; dormir e sair cedinho para uma nova jornada de trabalho. Pegar o ônibus lotado, com ar condicionado, se a sorte ajudar. No bolso, originais e fotocópias de comprovantes de renda (e de pobreza) para obter crediário para a compra de uma TV de plasma, maior e mais moderna. Reprodução ampliada da vida??? Enquanto isso, a Rede Globo “faz a festa”, anunciando a pobreza na Venezuela!

Na luta contra a pobreza e por mais qualidade de vida, a iniciativa privada investe em projetos sociais. Seguindo sua política de marketing e com o objetivo de aumentar sua boa reputação, a empresa intervém na configuração do tecido social, contribuindo para que os pobres fiquem mais felizes com os donativos de lençóis novos para o hospital, com o fogão novo para a creche comunitária, com a distribuição de cestas básicas, de ovos de páscoa e de agasalhos para que crianças e idosos tenham um “inverno mais quentinho”. Para a população beneficiária, o acesso a esses projetos constitui-se em uma de suas múltiplas estratégias de sobrevivência, por nós entendidas como o conjunto de práticas sociais de mobilização de energias e recursos (lícitos ou ilícitos) que objetivam ganhos materiais ou imateriais, não monetários, necessários para complementar os frutos do trabalho até então insuficientes para garantir a reprodução ampliada da vida, ou mesmo a reprodução simples (Tiriba, 2004).

Em síntese, lembrar a existência dos indicadores sociais e revisita-los nos ajuda a perceber que, por mais criativos que possam ser, contribuem para aferir “A riqueza das nações” (Smith, 1985), comparando-as com a capacidade de outras nações de competirem “livremente” no mercado internacional. Em última instância, servem como termômetro da correlação de forças políticas e para avaliar se a racionalidade econômica das políticas públicas/privadas deste ou daquele país está de acordo com as cartilhas dos organismos supranacionais (Silveira, 2012). Corroboram para analisar a possibilidade de ingerência política nos assuntos alheios, ou seja, nos negócios dos países que

⁴ Uma análise do Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) pode ser apreciada em Arruda (2009).

conformam a esfera do capitalismo dependente (Fernandes, 1973).

Em “17 contradições e o fim do capitalismo”, considerado, pelo próprio autor, o livro mais perigoso e o mais fertilmente provocador que já escreveu, Harvey (2016:265) sugere uma contraofensiva, de cunho anticapitalista, fundada em um “humanismo revolucionário”. Afinal, “qual momento seria melhor que este para propor uma despedida do capital e começar a construir uma alternativa e um modo de produção mais saudável?” (Harvey, 2016:287). Para isso, no nosso entender, precisamos criar espaços de reprodução ampliada da vida, fortalecendo suas bases materiais e culturais, não apenas como utopia, mas como realidade que se constrói na luta cotidiana contra o sistema do capital.

O que ela parece ser? O que pode vir a ser?

O que ela parece ser? O que pode vir a ser? Princípios, indícios e evidências de reprodução ampliada da vida se circunscrevem na contramão da reprodução ampliada do capital. Esse nos parece um pressuposto óbvio! Além de reprodução ampliada da vida, outros termos batem à porta de pesquisadores, de educadores, de cientistas sociais, de militantes de partidos políticos e dos movimentos sociais. No Brasil, na década de 1990, o desemprego sinalizou aos “intelectuais” a importância de uma melhor explicitação dos significados das práticas sociais denominadas de economia popular, economia solidária e economia popular solidária. Outros termos que mereciam e ainda merecem esclarecimento são aqueles que expressam repúdio à crise estrutural do trabalho assalariado e à lógica da reprodução ampliada do capital. Sob a consigna “outro mundo é possível” (Fórum Social Mundial), surgiram termos como economia popular, economia solidária, economia comunitária, economia plural, empreendimento econômico solidário (EES), cooperativismo popular, cooperativismo autogestionário, autogestão do trabalho e da vida social, poder comunal, pedagogia da autogestão, pedagogia da produção associada, saberes do trabalho associado, etc.⁵

Em diversos debates, Paul Singer nos chamou a atenção para o fato de um conceito (no caso, o de economia solidária)⁶ não poder ser definido pelo que ele não é. Acreditamos que toda negação anuncia a possibilidade de seu contrário e, mesmo não existindo um conceito preciso, é possível indicar alguns de seus pressupostos, os quais, em certa medida, o anunciam. Assim, se não é suficiente denunciar os mecanismos de reprodução ampliada do capital em detrimento da qualidade de vida da imensa maioria da população planetária, é preciso explicitar as bases para (re)criação de relações sociais de novo tipo.

Todo problema teórico é, desde seu início, um problema prático, advindo da vida prática, das relações que, mediadas pelo trabalho, os grupos e as classes sociais estabelecem com a natureza e entre si, em condições históricas que são econômica, política e culturalmente determinadas, tendo a agência humana como protagonista. A definição de um conceito pressupõe a apreensão de algum tipo de norma ou regularidade dos fenômenos que permita uma certa generalização, no entanto, como adverte E. P. Thompson (1981:50), “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência”, a qual deve ser entendida sempre como “evidência interrogada”. Afinal,

o conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só ‘verdadeiro’ dentro do

⁵ Ver alguns conceitos em Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I., e Hespanha, P. (Orgs.). (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Portugal: Almedina.

⁶ Em julho de 2003, no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

campo assim definido (Thompson, 1981:49).

Afinal, o que é reprodução ampliada da vida? Em seus estudos, José Luiz Coraggio (1991) nos dá pistas para refletir sobre seus significados. Adverte que a lógica da reprodução ampliada da vida é o principal elemento que diferencia a “economia popular” de outros setores econômicos, a saber: a economia empresarial, cujo objetivo é a acumulação do capital e a economia pública, cujo objetivo é a acumulação/legitimação do poder. Importante lembrar que, quando os/as trabalhadores/as da “economia popular”, cujas iniciativas são heterogêneas e dispersas, organizam-se em torno da economia popular solidária, ou de qualquer outro movimento que se contraponha à perspectiva de valorização do capital em detrimento da valorização da vida, aprendem que é preciso cobrar do Estado os direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora. Da mesma forma, quando estimuladas por agentes que representam os interesses do capital, tais iniciativas podem servir apenas para “aliviar a dor dos pobres” e para diminuir os conflitos sociais. Daí a necessidade de uma cartografia dos sujeitos coletivos que intervêm nos processos de reprodução social, distinguindo as iniciativas autônomas dos/as trabalhadores/as de outras, cujas racionalidades se circunscrevem no circuito do sistema do capital.

A reflexão sobre parâmetros de reprodução ampliada da vida pode ter como base pesquisas sobre o que, genericamente, denominamos “espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente”. Grosso modo, são lugares em que, historicamente, homens e mulheres trabalhadoras (jovens, adultos, crianças e idosos) resistiram e ainda resistem afirmando outros modos de vida que, de alguma maneira, vão na contramão do modo de produção capitalista. Nos pequenos/grandes “espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente” habitam trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, ainda que submersos no espaço/tempo maior, no qual são hegemônicos os interesses dos proprietários privados dos meios de produção da vida social.

Em outro estudo (Fischer e Tiriba, 2013), indicamos a existência de pelo menos três espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, os quais se inter-relacionam e interagem entre si, constituindo-se no cruzamento das determinações do capital e da autoatividade de mulheres e homens trabalhadores que insistem em afirmar modos de vida fundados em formas não capitalistas de organização social: São eles: a) “Espaços/tempos revolucionários” – quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade. Verifica-se a dualidade de poderes, ou o confronto entre capital e trabalho que se manifesta por meio de revoltas e rebeliões. Importante citar a Comuna de Paris (1871), os Soviets, na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), os conselhos operários de Turim, na Itália (1919-1921), da Iugoslávia (1950) e do Chile (1972), a Revolução dos Cravos, em Portugal (1974) e outras experiências em que, com diferentes graus de controle dos meios de produção, os/as trabalhadores/as viveram o trabalho associado como experiência de classe (Tiriba e Magalhães, 2018); b) “Espaços/tempos das culturas milenares dos povos e das comunidades tradicionais”: comunidades indígenas, quilombolas, artesãos, seringueiros, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais, pantaneiros, pequenos produtores rurais, entre outros grupos vinculados à agricultura ou à pecuária, aos rios ou aos mares, ao agroextrativismo e a ecossistemas específicos (Tiriba e Santana, 2016; Alves e Tiriba, no prelo) “Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado”, nos quais as estratégias associativas de trabalho se configuram como parte integrante da economia popular, da economia popular solidária, dos movimentos de fábricas ocupadas, dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, das experiências de agroecologia fundadas no trabalho coletivo e nos laços de solidariedade no conjunto da comunidade (Novaes, Mazin e Santos, 2015).

Partindo da premissa de que um dado modo de produção é hegemônico em relação a outros modos de produção, entendemos que, como categoria histórica, as particularidades e singularidades da cultura do trabalho associado vão se configurando em diversos espaços/tempos históricos, a partir de

suas determinações gerais, econômicas e culturais. De qualquer maneira, todo cuidado é pouco para não aprisionar a realidade em um determinado conceito, ou, em nome de um conceito elástico (Thompson, 1981), correr o risco de chamar de trabalho associado toda e qualquer iniciativa de trabalhadores/as que resolvem se associar para criar uma organização econômica. Ao mesmo tempo, não é possível acreditar que a cultura do trabalho associado só é possível com a derrocada final do capitalismo e a constituição de uma sociedade comunista, como afirma Tonet (2014), por exemplo. O mesmo não podemos fazer em relação ao conceito de reprodução ampliada da vida, ao qual pretendemos nos aproximar.

Como Thompson (1981:185), pensamos que, “ao recusar a investigação empírica, a mente estará sempre confinada aos limites da mente”. Por não poder caminhar “do lado de fora”, a mente fica “imobilizada pela câmbra teórica”. Indo ao encontro de “A miséria da teoria”, queremos promover o diálogo entre conceito e evidência, ou melhor, entre conceito e evidência interrogada – fundamento epistemológico do método da lógica histórica (Thompson, 1981). Nesse horizonte, sugerimos que as diversas pesquisas sobre “outra(s) economia(s)” possam ser revisitadas e sistematizadas. Afinal, o que nos ensinam as experiências históricas de produção associada? Quais as lições do trabalho associado? O que dizem os/as trabalhadores/as do MST, da economia solidária e de outros movimentos de construção de culturas do trabalho de novo tipo? Seguindo o espírito de “O questionário de 1880” (Marx, 1982), que relações homens e mulheres, mediados pelo trabalho, estabelecem com a natureza? Quais as formas de associatividade? Como se materializa a cultura do trabalho em grupos de produção comunitária, cooperativas populares e em outras formas associativas no âmbito da unidade doméstica e da comunidade? Quais são suas tradições, seus costumes, seus valores e seus saberes? Que costumes e normas de convivência orientam a vida em comunidade? O que dizem crianças, jovens e adultos sobre a vida comunitária? Como se sentem? O que desejam para si, para seus familiares e para a coletividade? Quais as expectativas em relação ao trabalho, à saúde, à moradia, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer? O que é qualidade de vida? Tendo em conta o desmonte do Estado de bem estar e a crescente precarização do trabalho, do que necessitam para ser felizes? Quais os desafios da classe trabalhadora?

Diferentemente da lógica do desenvolvimento (des)humano promovido pelas sociedades de mercado, o postulado básico do Desenvolvimento à Escala Humana (Max-Neef, 1998) refere-se às pessoas e não aos objetos. O pilar que o sustenta é a satisfação das necessidades humanas fundamentais, o que pressupõe a autodependência e a articulação orgânica dos seres humanos com a natureza. Na busca desse novo tipo de desenvolvimento, fundado na perspectiva de reprodução ampliada da vida, torna-se necessário diferenciar “necessidades” de “satisfatores de necessidades”, pois “tem-se acreditado, tradicionalmente, que as necessidades humanas tendem a ser infinitas; que estão sempre mudando; que variam de um meio a outro, e que são diferentes em cada período histórico” (Max-Neef, 1998:40). Ao combinar categorias existenciais e axiológicas, a classificação proposta pelo autor inclui “por uma parte as necessidades de Ser, Ter, Fazer e Estar e, pela outra, as necessidades de Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ócio, Criação, Identidade e Liberdade” (Max-Neef, 1998:41). Em tal sentido, a moradia, a alimentação e o vestuário não devem ser compreendidos como necessidades, mas como “satisfatores” da necessidade fundamental de “Permanência”. A educação, a pesquisa, a meditação, são “satisfatores” da necessidade do “Entendimento”. Os sistemas de saúde são “satisfatores” da necessidade de “Proteção”, etc.

Max-Neef também nos ajuda a refletir sobre paradigmas de reprodução ampliada da vida (e não do capital), quando nos diz que todas as necessidades humanas se relacionam e interagem entre si. À exceção da necessidade de subsistir (estar vivo), não existe hierarquia dentro do sistema: as necessidades se complementam e se entrelaçam. Por não existir uma correspondência biunívoca entre necessidades e “satisfatores”, uma determinada necessidade pode requisitar diversos “satisfatores” para ser realizada, da mesma maneira que um destes pode contribuir, simultaneamente, à satisfação de

várias daquelas. As necessidades humanas podem ser satisfeitas em, pelo menos, três contextos: em relação à própria pessoa, ao grupo social e ao meio ambiente, mas “a qualidade e intensidade tanto dos níveis, como dos contextos dependerá do tempo, lugar e circunstâncias” (Max-Neef, 1998:43).

Na nossa compreensão, as atividades da economia popular também podem ser entendidas como “satisfatores das necessidades humanas”, daí os mutirões para a construção de casas populares, para a limpeza do valão, ou a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho, o revezamento para cuidar das crianças enquanto os pais estão trabalhando, a organização de creches comunitárias, ou a promoção, pela associação de moradores, de cursos de formação profissional. Mas, de maneira nenhuma, isso significa que devemos retirar do Estado seu dever em relação à saúde, à educação, ao saneamento básico, à moradia, etc. Ao contrário! Ademais, no seu “vir a ser”, a economia popular solidária não deve concebida como economia dos pobres, mas como economia dos/as trabalhadores/as, ou como “economia do trabalho”, como bem formulou Coraggio (2009).

A partir das contribuições da economia e, em especial, da antropologia econômica, precisamos compreender os fenômenos da economia popular e da economia (popular) solidária considerando: a) as relações econômicas como relações histórico-sociais que os seres humanos desenvolvem no processo de produção de sua existência; b) a importância do reconhecimento de que, mesmo permanecendo no mercado (assalariado) de trabalho, os/as trabalhadores/as desenvolvem, de forma subordinada à economia capitalista, outras práticas econômico-sociais calcadas em valores de comensalidade, reciprocidade e cooperação, no sentido de tentar garantir a reprodução ampliada da vida, o que requer, c) o (re)conhecimento dos saberes populares em matéria de economia (Tiriba, 2004).

Na mesma perspectiva da Teoria do Desenvolvimento Humano, de Max-Neef (1998), entendemos ser necessário construir parâmetros de reprodução ampliada da vida a partir dos próprios sujeitos, ou seja, pescadores artesanais, quilombolas, trabalhadores sem terra, integrantes do movimento dos sem teto, assentados da reforma agrária e outros sujeitos coletivos que povoam os espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, sejam eles considerados revolucionários, ou não. Afinal, nos processos singulares de produção da existência humana,

(...) ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (Thompson, 1981:16).

À guisa de (in)conclusão

De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo suas necessidades! (Marx, 1979:18).

Para Marx (1978:120), toda categoria é histórica e, apesar de sua validade para todas as épocas, as categorias são “produto das condições históricas, e não possuem validade senão para estas condições e dentro dos limites destas”. O mesmo ocorre com a categoria “reprodução ampliada da vida”, que é uma noção, uma abstração com bases empíricas pouco sistematizadas e, portanto, não se constitui ainda como “concreto pensado” (Kosik, 1995). Daí a necessidade de uma agenda de pesquisa que considere os modos de fazer, sentir e pensar de homens e mulheres que povoam os espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, aqui considerados como possíveis espaços de reprodução ampliada da vida.

Como lembra Ciavatta (2001:133), “a questão das mediações traz à discussão duas categorias importantes da sociabilidade humana, a liberdade e a necessidade, assim como os fins e os meios da reprodução do ser social”. Contrapondo-nos à perspectiva de qualidade de vida fundada nos

paradigmas de reprodução ampliada do capital e em busca de elementos teórico-práticos que nos permitam inferir sobre as bases materiais e simbólicas dos processos de reprodução ampliada da vida, sabemos que não são poucas as perguntas que devemos nos fazer para nos acercar, nos aproximar de um conceito de reprodução ampliada da vida que, ao considerar a totalidade social das formas históricas, pelas quais homens e mulheres, mediados pelo trabalho, estabelecem relações entre si e a natureza, indique-nos suas mediações e contradições.

Do nosso ponto de vista, a reprodução ampliada da vida, no seu sentido pleno, tem como requisitos a propriedade coletiva dos meios de produção, o controle coletivo do processo de trabalho e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. Em outras palavras, pressupõe culturas do trabalho associado entremeadas por singularidades de gênero, raça e etnia que vão se entrelaçando, tendo a criação da sociedade de produtores livremente associados como horizonte. Nesse processo, novas relações entre seres humanos e natureza e entre os próprios seres humanos se ampliam em todas as esferas da vida biológica e social. Suas bases materiais e simbólicas estão fundadas no respeito à natureza externa e ao ser humano, na produção associada e na autogestão do trabalho e da vida social que permita a homens e mulheres a produção de sociabilidades fraternas e solidárias.

Por certo, “o autêntico reino da liberdade começa, portanto, além das fronteiras do trabalho, se bem que justamente o trabalho é que constitui sua base histórica necessária” (Kosik, 1995:209). Tendo em conta a dialética passado/presente/futuro, diversos estudos sobre a ação humana coletiva permitem concluir que criar parâmetros de reprodução ampliada da vida (e não do capital) requer apreender a materialidade histórica de processos de produção da existência humana que vão além da reprodução simples da vida e, na sociedade produtora de mercadorias, do tornar-se cidadão-produtivo. Os espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, anteriormente aludidos, trazem elementos de reprodução ampliada da vida, pois, felizmente, como lembra Raymond Willians,

(...) nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade, e, destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática humana, da energia humana e da intenção humana (essa gama não é o inventário de alguma “natureza humana” original, mas ao contrário, é aquela gama extraordinária de variações práticas e imaginadas pelas quais seres humanos se veem como capazes) (Willians, 2011:59).

Para concluir, reafirmamos que um conceito, ou uma noção não pode ser construído como afirmação daquilo que ele “não é”, ou “parece ser”. De qualquer maneira, toda e qualquer negação anuncia a possibilidade do seu contrário. Como produtos das condições históricas, os conceitos representam abstrações e carregam consigo algo que são e, ao mesmo tempo, algo que “podem vir a ser”. Mesmo não existindo uma definição precisa de reprodução ampliada da vida, é possível indicar princípios ético-políticos que a anunciam. Seja como for, é necessário elaborar um conceito elástico que, ao contrário de uma concepção estruturalista de explicação do mundo, não pretenda aprisionar a realidade humano-social em um modelo rígido, pré-estabelecido, desconsiderando as determinações e as mediações históricas, cujas evidências devem ser interrogadas (Thompson, 1981).

Referências

Alves, A. E. e Tiriba, L. Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. *Revista trabalho Necessário* (no prelo).

Arruda. M. (2009). As nove dimensões do FIB. Curso para Comunicadores “PIB u FIB? Felicidade

Interna Bruta”, Porangaba, SP. Recuperado de http://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Institucional/arruda_dimensoes_fib.doc.

Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I. e Hespanha, P. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Ciavatta, M. (2001). O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. Em G. Frigotto e M. Ciavatta, *Teoria e educação no labirinto do capital* (pp.121-144). Petrópolis/RJ, Brasil: Vozes.

Coraggio, J. L. (1991). *Ciudades sin rumbo*. Quito, Ecuador: CIUDAD-SIAP.

Coraggio, J. L. (2009). Economia do trabalho. Em A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger e P. Hespanha (Orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 120-127). Coimbra, Portugal: Almedina.

Costa, D. H. (2000). Linha de dignidade. A construção de um novo indicador. *Movimento*, 1(1), 149-179.

Fernandes, F. (1973). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Fischer, M. C. B. e Tiriba, L. (2013). Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, 31(2), 527-551.

Fontes, V. (2005). *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Brasil: Bom Texto.

Harvey, D. (2016). *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

Icaza, A. M., y Tiriba, L. (2009). Economia popular. Em A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger e P. Hespanha (Orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 150-155). Coimbra, Portugal: Almedina.

Kosik, K. (1995). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis-RJ, Brasil: Vozes.

Marx, K. (1978). Para a crítica da economia política. Em K. Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. São Paulo, Brasil: Abril Cultural.

Marx, K. (1979). *Crítica do programa de Gotha*. Moscú, Rússia: Editorial Progreso.

Marx, K. (1982). O questionário de 1880. Em M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* (pp. 249-256). São Paulo, Brasil: Polis.

Marx, K. (1984). *O capital* (Vol. 3, Tomo 1). São Paulo, Brasil: Abril Cultural.

- Max-Neef, M. (1998). *Desarrollo a escala humana*. Montevideo, Uruguay: Nordan/REDES.
- Mészáros, I. (2006). *Para além do Capital*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Novaes, H., Mazin, A. D. e Santos, L. (2015). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo, Brasil: Outras Expressões.
- Potyara, A. P. (2002). *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. Campinas/SP, Brasil: Cortez.
- Ramos, M. (2001). *Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo, Brasil: Cortez.
- Rummert, S. M., Algebaile, E., e Ventura J. (2013). Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, 18(54), 717-738.
- Silveira, Z. (2012). Organismos supranacionais: a construção de uma concepção de mundo em torno da integração da educação superior - o caso do Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, 10(14).
- Smith, A. (1985). *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Vol.1). São Paulo, Brasil: Nova Cultural.
- Thompson, E. P. (1981). *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Tiriba, L. (2004). Ciência econômica e saber popular: reivindicar 'o popular' na economia e na educação. Em L. Tiriba, e I. Picanço (Orgs.). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária* (pp. 75-102). Aparecida, Brasil: Ideias e Letras.
- Tiriba, L. e Santana, F. (2017). Do diário de campo: conversas com pescadoras/es do Pantanal Mato-grossense sobre cultura do trabalho. *Trabalho & Educação*, 26(2), 65-84. Recuperado de <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8010/7637>
- Tiriba, L. e Magalhães, L. D. (2018). Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. Em L. D. Magalhães e L. Tiriba (Orgs.). *Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação* (pp. 263-287). Uberlândia, Brasil: Navegando.
- Tonet, I. (2014). Trabalho associado e extinção do Estado. *Rebela*, 3(2). Recuperado de <http://ivotonet.xp3.biz/>
- Willians, R. (2011). *Cultura e materialismo*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.

Enviado: 17/10/2018
Aceptado: 19/10/2018